


O PAPEL DA ESCOLA E DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DO SUPERDOTADO

Ms. Patrícia Gonçalves  0000-0003-4625-8229

Dra. Tania Stoltz  0000-0002-9132-0514

Universidade Federal do Paraná

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo apresentar os avanços legais na defesa dos direitos das pessoas com altas habilidades ou superdotação, apresentando também um panorama acerca os aspectos familiares e escolares que perpassam a vida de um estudante com esta condição. Para tanto, apresentaremos uma revisão de literatura pautada na legislação de nosso país, bem como em autores nacionais e internacionais que se debruçam sobre a temática. Através desta análise percebemos que muitos estão sendo os avanços legais no sentido de assegurar ao estudante superdotado melhores condições de desenvolvimento de suas potencialidades dentro do ambiente escolar. Percebemos também que a família é a primeira instituição em que o estudante demonstra seu potencial

ainda nos primeiros anos de vida e que é com ela, e muitas vezes através dela, que o estudante superdotado terá seus direitos assegurados. No entanto, ainda há muito o que crescer no sentido de instruir os professores sobre as características e as necessidades deste público, para que passem a compreender a condição destes estudantes e estimulá-los em suas áreas de maior interesse sem nenhum tipo de julgamento quanto às suas necessidades que contrastam com suas potencialidades. Assim, também é importante que as famílias recebam informações adequadas para que continuem fomentando o potencial do superdotado sem, contudo, sufoca-lo no anseio de realizar neste, suas próprias expectativas.

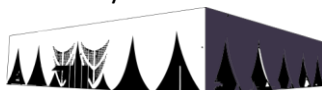
PALAVRAS-CHAVE: Superdotados; Escola; Família; Expectativas.

THE ROLE OF SCHOOL AND FAMILY IN THE DEVELOPMENT OF THE GIFTED

ABSTRACT: The present study aims to present the legal advances in the defense of the rights of people with high skills or giftedness, also presenting an overview about the family and school aspects that permeate the life of a student with this condition. For that, we will present a literature review based on the legislation of our country, as well as national and international authors that deal with the theme. Through this analysis, we realize that many legal advances are being made in order to ensure the gifted student with better conditions for the development of their potential within the school environment. We also realized that the family is the first institution in which the student demonstrates his potential even in the first years of life and

that it is with him, and often through it, that the gifted student will have his rights guaranteed. However, there is still a lot to grow in order to educate teachers about the characteristics and needs of this audience, so that they come to understand the condition of these students and stimulate them in their areas of greatest interest without any kind of judgment regarding the their needs that contrast with their potential. Thus, it is also important that families receive adequate information so that they continue to foster the potential of the gifted without, however, suffocating him in the desire to fulfill his own expectations.

KEYWORDS: Gifted; School; Family; Expectations.



1 INTRODUÇÃO

É de suma importância destinar um estudo para falar especificamente sobre o papel da família e da escola no cotidiano dos estudantes superdotados, tendo em vista que é sob os olhos destas duas instituições que a criança começa a mostrar seus primeiros traços de maior habilidade e é com o apoio delas que suas potencialidades serão, ou não, desenvolvidas.

Em relação à família, é com ela que o superdotado enfrentará todos os desafios de sua vida escolar e os que, posteriormente, saltarão os muros da escola. O apoio familiar será de suma importância para garantir os direitos do estudante, reivindicar medidas e intervenções que se façam necessárias, assim como para auxiliar e buscar outros atendimentos para o desenvolvimento integral do superdotado.

No que diz respeito aos professores, através das leituras que serão apresentadas, notaremos o quão relevante é seu papel na identificação destes estudantes, pois é a partir de seu olhar que, muitas vezes o processo de identificação se inicia e é contanto com suas práticas diferenciadas que ele irá se desenvolver.

No entanto, podemos notar que a inclusão escolar da pessoa superdotada é vista como novidade em nosso país, ainda que as discussões acerca deste tema tenham tido início no século passado e que tenham percorrido uma longa trajetória nas últimas décadas com o desenvolvimento de um novo modelo democrático de educação e com a formulação de leis para fundamentar e exigir novos modelos de atendimento que atendam às necessidades específicas destes estudantes, de suas famílias e de seus professores.

2 A LEGISLAÇÃO

Apresentando um breve histórico legal com os principais marcos sobre as



regulamentações dos direitos dos superdotados em nosso país, em 1961 a legislação brasileira realiza um marco no que diz respeito aos direitos do que era, à época, considerado o público alvo da educação especial.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 4024/61 os Artigos 8º e 9º são dedicados à educação dos excepcionais, palavra cunhada por Helena Antipoff¹ para referir-se aos deficientes mentais, aos que tinham problemas de conduta e aos superdotados.

Em 1967, o Ministério de Educação e Cultura criou uma comissão para estabelecer critérios de identificação e atendimento aos superdotados. Mas foi somente em agosto de 1971, que foi promulgada a Lei 5692/71, prevendo explicitamente no Artigo 9º, o tratamento especializado aos alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, os que estivessem atrasados consideravelmente quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.

Já no ano de 1996, a LDB 9.394/96 refletiu em exigência de mudanças nos sistemas educacionais já existentes, tendo em vista que professores e suas equipes pedagógicas precisaram rever seus planejamentos, abordagens e avaliações, promovendo, por lei, a real inclusão. Dentre estas mudanças, buscava-se naquele momento, desfazer o modelo educacional excludente que ignorava as diferenças individuais de cada aluno, com vistas a uma nova educação que atendesse as necessidades dos mesmos.

De acordo com Carvalho, este novo modelo de escola inclusiva:

pressupõe uma nova maneira de entendermos as respostas educativas que se oferecem, com vistas à efetivação do trabalho na diversidade. Está baseado na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escolas de boa qualidade (onde se aprende a aprender, a fazer, a ser e a conviver), no direito de integração com colegas e educadores, de apropriação e construção do conhecimento, o que implica, necessariamente, em previsão e provisão de recursos de toda a ordem. E mais, implica, incondicionalmente, na mudança de atitude frente às diferenças individuais, desenvolvendo-se a consciência de que somos todos diferentes uns dos outros e de nós mesmos, porque evoluímos e nos

¹ Helena Antipoff foi uma psicóloga e pedagoga russa que depois de obter formação universitária na Rússia, Paris e Genebra, se fixou no Brasil a partir de 1929, a convite do governo do estado de Minas Gerais. Ela foi pioneira na introdução da educação especial no Brasil.



modificamos (CARVALHO, 2004, p.36).

Neste sentido, a escola inclusiva prevê desde esta época, portanto, uma reorganização da educação, providenciando estratégias e métodos para que possa se concretizar o atendimento às crianças com necessidades especiais de forma efetiva, com o objetivo de promover, de forma igualitária, a inclusão escolar em todas as instituições de ensino, independente da série em que o estudante encontra-se, ou ainda se trata-se de instituição pública ou particular.

Essas alterações em nossa legislação foram fortemente influenciadas pela Declaração de Salamanca (1994), importante documento mundial na defesa dos direitos das crianças. Neste documento podemos observar que à época este documento já previa que

(...) as escolas devem acolher todas as crianças com suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.15).

Assim, podemos afirmar que a instituição escolar deve assumir um papel acolhedor dentro dessa proposta de educação inclusiva, propiciando aos alunos com necessidades especiais, seja os com dificuldades para o aprendizado ou ainda os estudantes superdotados, o acesso e a permanência igualitários à rede regular de ensino.

Entretanto, foi somente no ano de 2005 que foram criadas políticas públicas específicas para o atendimento desta demanda da educação especial com a criação dos NAAH/S – Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação em todos os estados brasileiros, com a missão de atuar em três eixos: aluno, professor e família.

O programa de atendimento adotado pelo NAAH/S é baseado no Modelo de



Enriquecimento do renomado pesquisador Joseph Renzulli². Ao encontro da necessidade de se propôs diretrizes para estes atendimentos, pesquisadores brasileiros, a pedido do MEC, elaboraram um material para orientar sua implantação (VIRGOLIM, 2007; FLEITH, 2007).

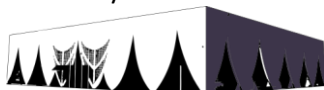
De acordo com esta nova política, a implementação dos NAAH/S se justificou em 2005 pelo fato de que os dados do Censo Escolar referentes a este ano, divulgado pelo Ministério da Educação, revelavam a existência de 56.733.865 alunos matriculados nas modalidades do ensino básico. Desses, 640.317 mil eram alunos com necessidades educacionais especiais. Mas, do total da educação especial (100%), apenas 1.928 (menos de 0,003%) alunos eram identificados como superdotados.

Como estudante superdotado, compreendemos a condição apresentada na legislação:

Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p. 9).

Logo, os dados sugeriam que o atendimento da demanda potencial desses alunos estava muito aquém do desejável e apontavam a necessidade de melhor identificação e de atendimento às necessidades dos alunos com altas habilidades/superdotação, além de também chamarem a atenção para a necessidade de qualificação profissional para que os professores passassem a ter um olhar diferenciado para este público e para a necessidade de um trabalho específico com as famílias para que compreendessem melhor a condição de seu filho, fomentando a oportunidade de melhor desenvolvimento de seu potencial, ao mesmo tempo em que passasse a perceber as necessidades e fragilidades deste

² Joseph Renzulli é um autor americano criador do Modelo de Enriquecimento Escolar (The Schoolwide Enrichment Model – SEM) fundamentado em três aspectos: comprometimento com a tarefa, habilidade acima da média e criatividade.



indivíduo.

Ainda no sentido de assegurar o direito do estudante superdotado com adaptações específicas à sua condição, em 2015, a lei 13.234/15, passou a determinar a identificação, o cadastramento e o atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e no ensino superior. O texto além de alterar a nomenclatura, altera a lei de diretrizes e bases da educação nacional, a LDB Lei 9.394/96 e tem o objetivo de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desses estudantes.

As mudanças incluem a possibilidade de classificação do aluno em qualquer série ou etapa de níveis de ensino por promoção, transferência ou, independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola e a exclusão dos regimentos escolares, de normativos que tratem de formas de progressão parcial, deixando o assunto exclusivamente a cargo dos sistemas de ensino.

Também está prevista nesta Lei a extensão da possibilidade de organização de classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com mesmo nível de domínio de conhecimento da matéria, para todos os componentes curriculares. Ainda está prevista a extensão da possibilidade de aceleração de estudos mediante verificação de rendimento também para alunos com adiantamento escolar ou com altas habilidades e a possibilidade de aceleração de estudos em uma ou mais disciplinas por avanço escolar, compactação curricular ou verificação de aprendizagem.

Mais recentemente a Lei 10.502/20 reforça a nomenclatura como altas habilidades ou superdotação, bem como estabelece novas definições deste público. Esta normativa institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida e apresenta a definição de público alvo da educação especial como sendo educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Neste decreto são considerados como superdotados os educandos com altas



habilidades ou superdotação que apresentem desenvolvimento ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isolada ou combinada, criatividade e envolvimento com as atividades escolares (BRASIL,2020).

No Art. 3º acerca dos princípios da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, o quarto item apresentado demonstra grande comprometimento com os estudantes superdotados quando prevê “desenvolvimento pleno das potencialidades do educando” (BRASIL,2020).

O Art. 4º que trata dos objetivos desta nova legislação, afirma em seu quarto item “assegurar aos educandos da educação especial acessibilidade a sistemas de apoio adequados, consideradas as suas singularidades e especificidades” (BRASIL,2020). O que pode ser considerado um passo importante na educação do superdotado, levando em conta que além de sua potencialidade, também devem ser respeitadas suas fragilidades.

Além disto, a lei também prevê em seu capítulo V a criação de centros de atividades de altas habilidades e superdotação, o que pode ser considerado mais um grande passo no sentido de proporcionar espaços onde o fomento ao potencial destes estudantes possa ser realizado.

3 O REAL PAPEL DA ESCOLA

Na perspectiva das informações legais apresentadas, o papel da escola também foi alterado do sentido de subsidiar a elaboração de propostas pedagógicas inclusivas, e principalmente, em ofertar programas de formação continuada para professores, fomentando uma melhor aprendizagem, atendendo e priorizando as necessidades e especificidades de cada aluno em sua individualidade.

Assim, compreendemos que a escola deve adequar seu currículo buscando atender sua clientela dentro de suas necessidades e priorizando a preparação de



seus profissionais para que haja um processo inclusivo adequado, ficando claro que todos os estudantes que fazem parte do público alvo da educação especial, incluindo os superdotados, não podem sofrer com a exclusão.

No entanto, tal articulação exige esforço de todos os envolvidos no contexto escolar que precisam se engajar e trabalhar corajosamente para que a escola possa se transformar em um ambiente de acolhimento com um clima sócio afetivo acolhedor, chegando à construção de novos conhecimentos e da valorização de habilidades e potencialidades, deixando de existir a discriminação de idade, de capacidade ou de qualquer outro tipo entre os estudantes (MANTOAN, 2003).

Em outras palavras, o que se espera é que a educação tenha um caráter amplo favorecendo a construção do conhecimento ao longo da vida de todos os estudantes, independentemente das dificuldades e necessidades especiais, de forma com que todos possam beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam abertas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Tal medida exige de todos os professores uma mudança de postura, além da redefinição de papéis que possam favorecer o processo de inclusão (MANTOAN, 2003). Assim, uma escola inclusiva deve além de acolher a todos os estudantes, oportunizar uma educação de qualidade e integrar esses alunos à sociedade, fomentando o desenvolvimento de seu potencial e de seus talentos.

Contudo, atualmente em nosso país nem todos os profissionais sentem-se aptos para trabalhar com os estudantes que apresentam necessidades educativas especiais, especificamente os superdotados, apesar de a inclusão e o atendimento a este público, como apontamos anteriormente, ser um direito assegurado por lei a quase cinco décadas.

Entretanto, não é apenas de leis e diretrizes que se constrói um ambiente escolar inclusivo. O papel dos professores em buscarem formação na área de educação especial, para que compreendam as reais necessidades dos estudantes e assim, oportunizem em suas aulas um real ambiente de inclusivo, é fundamental neste momento de implantação de mudanças. Sobre este



importante papel do docente Carvalho nos relata que

o mundo em que vivemos exige que os educadores desempenhem papéis que vão muito além de transmitir conhecimento e cultura. Assim, nesta fase de evolução histórica de paradigmas, não podemos nos limitar a repensar a educação especial, como se sua inexistência pudesse solucionar todos os problemas das escolas. A proposta inclusiva requer outro tipo de mudanças, muito mais ampla, envolvendo a educação como um todo (CARVALHO, 1998, p.137).

Dessa maneira, pressupõe-se que o docente deve traçar objetivos no qual cria um ambiente propício para o desenvolvimento dos estudantes, encorajando-os a desenvolver ideias e ações, ao mesmo tempo em que os apoia em seu fracasso, elaborando estratégias que promovam condições de superá-los.

Sabatella e Cupertino (2007) relatam que os educadores possuem a responsabilidade de modificar os padrões de educação e, dessa forma, elevar os padrões de ensino de todos os alunos, já que em sua busca por novas metodologias para atender os superdotados, poderá, na maioria das vezes, aplicar tais inovações também aos demais alunos.

Ainda para estas autoras, (SABATELLA; CUPERTINO, 2007, p.79),

ao buscar informações sobre métodos inovadores de ensino e procedimentos indicados para alunos com altas habilidades/superdotados, os professores aprenderão melhores técnicas de planejamento e implantação de estratégias adequadas, afetando a escola como um todo.

Nesse sentido, os docentes precisam assumir uma postura dinâmica e flexível, sendo capazes de impulsionar o desenvolvimento dos alunos e a interação tanto no aspecto escolar quanto no aspecto social, pois, um professor preocupado com a aprendizagem dos seus estudantes, busca capacitação para que seu trabalho se desenvolva de forma a oferecer uma aprendizagem eficaz e direcionada às necessidades de cada um, proporcionando uma melhor integração e socialização entre todos os envolvidos.



Alencar (2007) recomenda que cada professor reflita a respeito do que poderia fazer no sentido de operacionalizar os seus objetivos na sua prática docente, tais como: ajudar o aluno a desenvolver ao máximo os seus talentos e habilidades; fortalecer um autoconceito positivo, propiciando experiências de sucesso para todos os alunos e fazendo com que eles percebam os seus pontos fortes; ajudar o aluno a desenvolver bons hábitos de estudo; incrementar a motivação do aluno utilizando estratégias diversas para despertar e alimentar seu interesse e mesmo a expansão de interesses já existentes; respeitar o ritmo de aprendizagem de cada um e incrementar um clima de aprendizagem que faça com que o aluno se sinta valorizado, respeitando e estimulando-o a dar o melhor de si.

Ainda segundo a autora (ALENCAR 2007), também é importante priorizar a dimensão afetiva (sentimentos e valores) além de contribuir para o desenvolvimento social do aluno e a educação do caráter.

Assim, é recomendável que o professor crie condições favoráveis ao desenvolvimento do potencial criador de cada aluno, proporcionando o fortalecimento de traços de personalidade que se associam à criatividade como autoconfiança, iniciativa, flexibilidade, persistência e encorajamento, possibilitando assim o exercício do pensamento criativo.

Neste sentido, uma postura incentivadora cria estratégias instrucionais que encorajem o estudo, independente do conteúdo que estiver sendo tratado, permitindo uma aprendizagem mais profunda em tópicos selecionados por aqueles que demonstrarem interesse em aprender mais sobre algum tema específico (MANTOAN, 2003).

Mas, infelizmente alguns docentes se fecham no conformismo ou no medo de trabalhar com o diferente e assumem uma postura inflexível e indiferente ao estudante superdotado, por considerá-lo uma ameaça para sua prática pedagógica.

Por acharem que o estudante superdotado pode conhecer mais acerca de determinado assunto do que ele próprio, alguns professores impossibilitam o estudante de se posicionar em sala de aula, limitando sua participação ou



ouvindo com desagrado suas considerações a respeito do que está sendo ensinado.

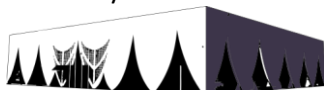
Contudo, com esta postura, além de prejudicar o desenvolvimento do estudante superdotado, o professor que assume este tipo de comportamento fragiliza todo o desempenho dos demais estudantes que, coagidos e considerando seu conhecimento impertinente, param de se colocar em sala de aula e acabam se sentindo desrespeitados por seus professores e colegas, passando a ter uma postura temerosa e deixando de se pronunciar em sala de aula.

Por esse motivo, Holetz (2004) crê em um professor valorizador e incentivador das habilidades do aluno superdotado, que desenvolva o seu potencial, ao invés de apenas conviver com ele. O professor deve estabelecer um método de cooperação pelo qual o aluno expresse suas ideias, coloque seu ponto de vista, faça perguntas e enriqueça com seu conhecimento a sala de aula.

Desta forma, o estudante não é mais uma ameaça ao professor, mas um aliado que demonstra interesse em pesquisar e conhecer mais a respeito do seu conteúdo. O estudante interessado pode produzir materiais e atividades diferentes das de seus colegas, ilustrar algum conteúdo trabalhado, além de aprofundar seu conhecimento com pesquisas adicionais como formas de enriquecimento curricular realizados dentro do ensino regular.

Ter um superdotado em sala de aula é muitas vezes ter um especialista em dinossauros, formigas, planetas e nos mais variados assuntos, e isso não deve ser visto como uma afronta, mas como algo muito positivo. Valorizar o conhecimento de um aluno é reforçar a importância da aprendizagem e o valor do conhecimento que cada um constrói.

Assim, podemos afirmar que para um estudante superdotado, não importa o nível de comprometido que um governo possa ter com relação à inclusão e quais são os projetos criados por ele, se suas experiências vividas diariamente dentro do contexto escolar, não desenvolverem suas potencialidades e não contribuirão para que ele se sinta verdadeiramente incluído, pois, mesmo que a legislação lhe assegure direitos, como atualmente percebemos que lhes são assegurados, as



formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão, constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todos os estudantes (HOLETZ, 2004).

Neste sentido, o papel da família é fundamental neste movimento, pois ela precisa estar atenta e notar as diferenças de comportamento do estudante, que não se sente acolhido e respeitado em sala de aula, e exigir que seus direitos sejam respeitados.

A este respeito Osborn (apud SABATELLA, 2008, p.137) nos esclarece que,

a percepção geral é de que essas crianças e jovens, com habilidades e destaques expressivos, não tem uma necessidade educacional especial, ou que mereça atenção clínica mais séria. Por esta razão, é importante que os pais ao suspeitarem que seu filho possa ser superdotado procurem, para uma avaliação, um profissional com experiência em trabalhar com esta população.

4 O PAPEL DA FAMÍLIA

A família é o primeiro contato social que o indivíduo faz logo ao nascer e dentro desta interação - indivíduo e meio - se torna muito importante que desde este momento, ele já estabeleça uma relação de confiança para que possa, dentro de suas necessidades, encontrar amparo e apoio em seu círculo familiar quando algo o aflige ou o faz sentir-se constrangido (WINER, 1998).

Em outros termos, a família é a transmissora dos valores culturais, sociais e dos conhecimentos, que, de forma geral, desde a primeira infância a criança superdotada passará a assimilar.

Assim, um ambiente familiar rico em estímulos e experiências é propício para o desenvolvimento do indivíduo com altas habilidades ou superdotação (WINNER, 1998). Mas, para que isso seja possível, uma família que conta com um membro superdotado não precisa necessariamente transformá-lo no centro das ações. O importante é ter em mente que será preciso aliá-lo à constante interação com pessoas que possuam conhecimentos voltados aos seus interesses e que



estes estejam dispostos a interagir respondendo questões de interesse de seus filhos (WINNER, 1998).

Também é importante que a família continue estimulando-o a adquirir novos conhecimentos levantando problemas lógicos, incentivando a leitura e, sobretudo, interagindo com este, para que ele sintam-se bem e perceba que sua forma de compreender e significar o mundo não tem nada de errado, sendo apenas diferente, se comparado a maioria das outras pessoas de mesma idade.

Segundo Aspesi (2007, p.31) “a interação entre a família e um membro com altas habilidades/superdotação deve ser sempre considerada como uma via de mão dupla, visto que a família é um ambiente de interação e influências bidirecionais”. Em outras palavras, por um lado a família se apresenta como terreno fértil para o desenvolvimento das potencialidades dos filhos, por outro ela vai adquirindo características a partir da própria demanda dos filhos ou membros superdotados.

Entretanto, as famílias não nascem preparadas para seus filhos. É através deles e com eles, que as preocupações se transformam em ações e a família passa a propiciar todo um aparato para garantir um ambiente saudável ao seu desenvolvimento (WINNER, 2010).

Neste ambiente espera-se que as potencialidades do superdotado sejam desenvolvidas e suas fragilidades respeitadas. Todavia, alguns pais se preocupam somente com o potencial da superdotação, criando, desse modo, muitas expectativas que nem sempre o estudante está disposto a responder, isso sem contar a excessiva exposição e atitudes de pressão que, possivelmente, provocarão desgastes no campo emocional e um futuro de infelicidade para seus filhos (WINNER, 2010).

Assim, quando a família recebe a avaliação e percebe que seu filho possui habilidades acima da média, precisa mudar o seu ritmo e repensar suas alternativas para que possa incluir, estimular e desenvolver este indivíduo, estabelecendo um ambiente favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento desta condição, sem contudo, sufocá-lo com uma demanda demasiada de atividades



extracurriculares, por considerar que ele poderá absorver todos os conhecimentos dispostos.

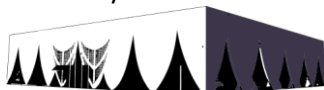
Este equilíbrio pode ser alcançado com ajuda especializada, tendo em vista que profissionais capacitados para o trabalho com superdotados, podem auxiliar na indicação de atividades e acompanhamentos que se façam necessários para um bom desempenho acadêmico e sócio emocional.

Também é importante que a família queira se inteirar de fato sobre o assunto, estudando sobre o tema através de leituras de bons artigos, livros, participação em palestras, cursos e oficinas especializadas, buscando conhecer mais sobre as características do superdotado, estabelecendo um relacionamento familiar em que prevaleça o conhecimento, o amor e a afetividade.

Silverman (1993 *apud* SABATELLA, 2008, p.59), nos lembra que a “superdotação é uma questão familiar (...), é uma qualidade da família ao invés de uma qualidade que diferencia a criança do resto da família”. Logo, é inegável que a família tem um papel importante no desenvolvimento do superdotado no encorajamento, na estimulação e sobretudo no aspecto afetivo, que precisa ser atentamente observado pois, por melhor que sejam as intenções dos pais, uma criança muito estimulada que não estiver bem consigo mesma, apresentando autoconfiança e autoestima saudável, poderá transformar esses estímulos em excesso em uma sobrecarga muito prejudicial para o seu desenvolvimento emocional.

Assim, o trabalho familiar é indissociável do escolar se considerarmos que juntos são os provedores do desenvolvimento dessa criança, considerando que familiares e professores precisam estar atentos às suas necessidades, buscando estratégias cada vez mais adequadas ao desenvolvimento das potencialidades e carências deste indivíduo (MANTOAN, 2003).

Neste sentido, a parceria entre família e escola deve ser estabelecida por meio de “contatos abertos, francos e honestos, de modo que os dois lados tenham em comum, o objetivo de oferecer as melhores oportunidades de desenvolvimento do potencial do estudante, facilitando o prazer pela aprendizagem” (GAMA, 2007,



p. 65).

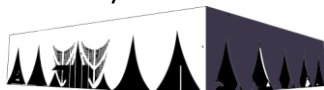
Tal proposta, por sua vez, segundo a autora, se faz um desafio no qual se configuram diversos caminhos e respostas, objetivando sempre os múltiplos percursos para o desenvolvimento do superdotado. Nesta perspectiva, nas relações deste indivíduo deve-se levar em consideração as questões emocionais, sabendo o que fazer diante do isolamento, do perfeccionismo, da inimizade, dentre outros, pois, por mais inteligente que uma criança seja, nem sempre é uma tarefa fácil lidar com os sentimentos (GAMA, 2007).

Em outras palavras, é necessário que se entenda as necessidades desses indivíduos, pois, muitos deles têm uma percepção sobre o mundo e determinados anseios distintos dos demais colegas da mesma idade. Além do mais, o aluno superdotado necessita ter a sua volta pessoas interessadas que, juntamente com ele, busquem melhores formas de aperfeiçoar suas habilidades, independente se suas características, desenvolvendo todo seu potencial dentro de seus pontos de interesse, ao mesmo tempo em que oferecem subsídios para que possa superar suas fragilidades.

E são nesses ambientes propiciados pela família e pela escola, nas trocas de conhecimento e de expectativa, que surgem laços de confiança, que, sem sombra de dúvidas, aumentam o potencial e o desejo de continuar se desenvolvendo, o que fará com que todos os envolvidos sintam os resultados positivos de seu envolvimento: pais, profissionais da educação e, o mais beneficiado, o estudante (GAMA, 2007).

Assim, podemos constatar o quão importante se faz a compreensão do equilíbrio entre estimulação e respeito às dificuldades por parte da família e da escola, para o bom desenvolvimento dos superdotados.

Ambos precisam estar cientes de que precisarão oferecer alternativas estimuladoras que proporcionem novos conhecimentos, que estimulem o desejo de conhecer e entender mais sobre o mundo tão latente nestes indivíduos. Neste sentido, visitas à museus, feiras científicas, teatros e demais locais que agucem a criatividade e agreguem conhecimento, são excelentes para o desenvolvimento



destas potencialidades.

Contudo, à medida que cresce suas habilidades vão se desenvolvendo, e assim, é interessante que familiares e professores estejam atentos às escolhas que o indivíduo superdotado realiza, para que juntos possam oferecer alternativas relacionadas às suas especificidades, respeitando suas escolhas ao mesmo tempo em que desenvolvem seu comprometimento e senso de responsabilidade.

Quando a criança já demonstra maturidade para fazer algumas escolhas, é importante que ela seja consultada se deseja ser matriculada em determinadas atividades como aulas de esportes, dança, música ou alguma outra modalidade que seja do seu interesse. A sua opinião é essencial neste momento para que ela se sinta respeitada.

Mas, infelizmente grande parte das famílias brasileiras não tem informação sobre a superdotação, nem das necessidades destes indivíduos, além de ter limitada possibilidade de oferecer à criança a estimulação de que necessita, mesmo de posse de sua avaliação.

Assim, a escola e os profissionais da educação precisam auxiliar estas famílias informando e orientando quanto aos procedimentos e encaminhamentos que podem ser ofertados pela própria escola como participação em concursos nacionais, cursos, oficinas, grupos de estudos e demais atividades esportivas e culturais desenvolvidas dentro do ambiente escolar, que venham ao encontro dos interesses dos estudantes de forma geral e que também possam ser praticados pelos estudantes com altas habilidades ou superdotação em contra turno, como forma de enriquecimento curricular.

Neste sentido, é inevitável dizer que a família e a escola são fundamentais para o desenvolvimento do superdotado no que diz respeito a seu desenvolvimento intelectual e afetivo que não se desassociam, mas que se completam.

Ao encontro desta perspectiva, Piaget (1977) afirma que a vida cognitiva e a vida afetiva são inseparáveis, pois, toda ação sugere uma estruturação e uma valorização, ou seja, não é possível desenvolver um raciocínio cognitivo sem vivenciar certos sentimentos e, por conseguinte, não será possível desenvolver um



sentimento afetivo, sem ter o mínimo de compreensão ou razão.

Ainda neste sentido, Taille et al (1992 apud RUIZ; OLIVEIRA, 2005, p. 07) salienta que:

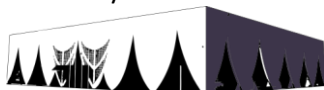
a afetividade seria a energia, o que move a ação, enquanto a razão seria o que possibilitaria ao sujeito identificar desejos, sentimentos variados, e obter êxito nas ações. Neste caso, não há conflito entre as duas partes. Porém, pensar a razão contra a afetividade é problemático porque então dever-se-ia, de alguma forma, dotar a razão de algum poder semelhante ao da afetividade, ou seja, reconhecer nela a característica de móvel, de energia.

Considerando esta premissa, Arantes (2002) comenta que o trabalho educativo não deve considerar apenas o aspecto cognitivo ou racional pois, segundo a autora, “alunos e alunas não deixam os aspectos afetivos que compõem a sua personalidade do lado de fora da sala de aula” (ARANTES, 2002, p.18).

Dessa forma, a afetividade na sala de aula pode estar nas mínimas coisas, mas, fazendo uma enorme diferença no contato professor/aluno. A afetividade pode surgir através de um sentimento, uma atitude, uma atividade relacionada com o interesse do aluno, um estado ou uma ação que demonstre sentimento e empatia nas relações, ou somente o interesse do professor em ouvir o conhecimento que o aluno tem a respeito de algo (ARANTES, 2002).

Dito de outro modo, o contato afetivo precisa criar vínculos com os alunos para que eles se sintam confiantes, se tornem amigos e, sobretudo, expressem seus sentimentos e necessidades, dinamizando seu aprendizado, aumentando sua autoestima e potencializando o aproveitamento de suas habilidades (RIBEIRO et al., 2005).

Ferrando et al. (2005), cujos esforços se concentraram em torno da inteligência emocional relacionada à superdotação, utilizaram vários modelos teóricos no sentido de trazer à tona a importância do tato afetivo de pais e professores em relação aos filhos ou alunos superdotados. Ao mostrar os resultados de suas pesquisas, foi possível verificar que os alunos superdotados que obtiveram melhor resultado, sobre o ponto de vista emocional, tiveram, por



consequente, uma melhor organização verbal e um melhor ajustamento emocional, principalmente quando verbalizaram sobre suas emoções (FERRANDO et al 2005).

O que reforça nossa afirmação de que escola e família precisam estar atentos não apenas no sentido de oportunizar momentos em que o superdotado possa se desenvolver intelectualmente, mas também oportunidades em que possa brincar e interagir com outros estudantes ou demais pessoas de sua preferência com as quais se sinta acolhido, podendo se expressar livremente sem medo de ser julgado, tendo suas fragilidades e dificuldades respeitadas.

5 CONCLUSÕES

Podemos concluir que para um bom desempenho acadêmico e afetivo do estudante com altas habilidades ou superdotação, escola e a família devem estar centrados nas reais necessidades do estudante, para que este sinta-se envolto em um ambiente sólido e prazeroso, em que possa aprender e desenvolver-se, sem medo de ser vetado por algum erro ou falta de conhecimento e sem, contudo, deixar de lado uma infância normal e feliz em que possam errar, rir e se divertir como os outros da sua idade.

Em outras palavras, o estereótipo de um adulto em miniatura com vocabulário arcaico e eloquente, que resolve rapidamente cálculos matemáticos sem pestanejar, deve dar espaço a visão de uma criança que, como todas as outras, ânsia por descobrir o mundo e nele brincar, fazendo amigos e aprendendo, independentemente de sua condição de superdotado.

Assim, ao receber a informação de que o estudante apresenta comportamento de altas habilidades ou superdotação, ou seja, ainda diante do processo de identificação, pais e professores precisam buscar informações especializadas para que com muito respeito e afeto possam desenvolver os potenciais de seu filho/aluno, sem deixar de compreender suas necessidades



típicas da idade, alimentando e estimulando a realização das expectativas deste, e não as suas em particular.

Para tanto, por mais que tenhamos avançado historicamente em termos legais no que diz respeito aos direitos do estudante com altas habilidades ou superdotação, ainda carecemos de mais formações específicas para os professores e de mais oportunidades para que as famílias recebam orientações e instruções corretas sobre como podem estimular o indivíduo superdotado no desenvolvimento de seu potencial, ao mesmo tempo em que respeitam suas escolhas e o auxiliam na superação de suas fragilidades.

Neste sentido, é muito importante que família e escola percebam que o amadurecimento das potencialidades de um estudante superdotado deve corresponder às suas próprias expectativas e não as almejadas por seus familiares ou professores.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. M. L. S. **Criatividade e educação de superdotados**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ARANTES, V. A. *Afetividade e Cognição: Rompendo a Dicotomia na Educação*. In: OLIVEIRA, M. K.; REGO, T. (Orgs.). **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

ASPESI, C. C. *A Família do Aluno com Altas Habilidades/ Superdotação*. In: FLEITH, D. S.(Org.). **A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação** - volume 3: O aluno e a Família. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p. 29-47.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº4.024/61 de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislacao. Acesso em: 07 abr. 2019.



BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislacao. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL. **Ementa: Lei nº 13.234/2015 de 29 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13234-29-dezembro-2015-782192-norma-pl.html. Acesso em 08 de set. 2020.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERRANDO, M.; FERRÁNDIZ, C.; BERMEJO, R.; PRIETO, M. D. *Inteligencia emocional y superdotación*. In CANDEIAS, A. A. (Coord.). **Crianças diferentes: múltiplos olhares sobre como avaliar e intervir**. Revista Évora: Universidade de Évora/PRODEP p. 76 – 102, 2005.

GAMA, M. C. S. S. *Parceria entre Família e Escola*. **A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação** - volume 3: O aluno e a Família. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, p. 61-73, 2007.

HOLETZ, M. S. **Superdotação: Um Olhar Psicopedagógico**. Monografia de Especialização. Faculdades Integradas Maria Thereza. Niterói, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OSBORN, J. *Assessing gifted children*. In: SABATELLA, M. L. **Talento e superdotação problema ou solução**. 2 ed. IBPEX Curitiba, 2008.

RIBEIRO, M. L.; JUTRAS, F.; LOUIS, R. **Análise das representações sociais de afetividade na relação educativa**. Psicologia da educação. São Paulo, vol.20, 2005.



RUIZ, V. M.; OLIVEIRA, M. J. V. *A Dimensão Afetiva da Ação Pedagógica. Educação* - rev. Ped. – UNIPINHAL. Espírito santo do Pinhal, v. 01, n° 03, jan./dez. 2005.

SABATELLA, M. L.; CUPERTINO, C. M. B. Práticas Educacionais de Atendimento ao Aluno com Altas Habilidades/Superdotação. In: FLEITH, D. S. (Org.). **A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação** - volume 1: orientação para professores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, p. 67-80, 2007.

SILVERMAN, L. K. *Characteristic of giftedness*. In: SABATELLA, M.L.P. **Talento e superdotação: problema ou solução?** 2 ed. IBPEX: Curitiba, 2008.

WINNER, E. **Crianças Superdotadas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em: 19-10-2020

Aceito em: 14-06-2021

